

Janaina Visibeli Barros
Janara Nicoletti
Samuel Pantoja Lima
Organizadores

O TRABALHO DE JORNALISTAS NO BRASIL

Desigualdades,
identidades e
precariedades

Florianópolis

EDITORA  INSULAR

2023

Copyright © Janaina Visibeli Barros, Janara Nicoletti e Samuel Pantoja Lima, organizadores, 2023

EDIÇÃO
Nelson Rolim de Moura

REVISÃO
Estúdio Insular

CAPA
Mauro Ferreira sobre arte de Gastão Cassel

PLANEJAMENTO GRÁFICO
Ayrton Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

V831t Barros, Janaina Visibeli; Nicoletti, Janara; Lima, Samuel Pantoja (org.).

O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades / Organizadores: Janaina Visibeli Barros, Janara Nicoletti e Samuel Pantoja Lima; Prefácio de Fábio Henrique Pereira. – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2023. 193 p. E-book: 2,54 Mb; PDF.

ISBN 978-85-524-0396-8.

1. Desigualdades. 2. Identidades. 3. Jornalismo. 4. Perfil Profissional. 5. Precariedade. I. Título. II. Assunto. III. Organizador.

23-30281312

CDD 070.4
CDU 070

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Jornalismo.
2. Jornalismo (imprensa).

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023. E-book (PDF; 2,54 Mb). ISBN 978-85-524-0396-8.



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Publicação financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processos 422609/2021-8 e 316093/2021-1, e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Termo de Outorga 2023TR000392.

EDITORA INSULAR
(48) 3334-2729
editora@insular.com.br
twitter.com/EditoraInsular
www.insular.com.br
facebook.com/EditoraInsular

INSULAR LIVROS
Rua Antonio Carlos Ferreira, 537
Bairro Agrônoma
Florianópolis/SC – CEP 88025-210
(48) 3334-2729
insularlivros@gmail.com

TRABALHO PRECÁRIO COMO FONTE DE ADOECIMENTO MENTAL E SOFRIMENTO ÉTICO

Janara Nicoletti

Ludwig-Maximilians-Universität München

Roseli Figaro

Universidade de São Paulo.

O jornalismo é uma atividade de trabalho que se configurou como profissão no início do século XX e, no Brasil, a partir de meados da terceira desse século XX. Neste sentido, a grande modernização no jornalismo brasileiro se deu no pós grandes guerras mundiais e esteve relacionada ao projeto nacional de modernização e industrialização dos governos Vargas e Kubitschek. O modelo de indústria gráfica editorial jornalística foi se consolidando aos poucos no país. Werneck Sodré (1999) defende que é nos anos de 1930 que há a transformação do jornal artesanal em empresarial. A empresa jornalística como tal ganhou estrutura de grande empresa com os Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

As condições de trabalho de jornalistas, na primeira metade do século XX, eram diretamente relacionadas às frágeis condições organizacionais das empresas de mídia. Época em que, no Brasil, não havia curso de formação profissional específico na área e muitas vezes bastava propor-se para conseguir um posto de trabalho. Artistas, funcionários públicos e outros trabalhadores faziam o papel de jornalista.

Portanto, a separação entre a gráfica e a redação naquele período representou importante impacto na profissão. A antiga oficina deixa de existir como um corpo coeso entre o repórter, o redator e o gráfico, em seu período artesanal, para tornar-se um empreendimento capitalista

com estrutura organizacional e administrativa. Nesse contexto, jornalista é uma profissão do século XX tal qual afirma Neveu (2006).

A atividade em solo brasileiro se desenvolveu seguindo o modelo norte-americano. As reformas gráficas e editoriais do *Diário Carioca*, seguidas pelo *Jornal do Brasil* entre 1949-1950 são exemplos da modernização com base na influência estadunidense. Jânio de Freitas (PAULINO, 1996) fala de sua participação nesses projetos e do empenho de profissionalizar o negócio jornalístico. Outra importante contribuição para a profissionalização do jornalista no país se deu com a atuação de Samuel Wainer, no jornal *Última Hora*. Salários e contratos foram implementados por Weiner para as equipes de jornalistas de sua empresa, mesmo suscitando revolta dos demais proprietários de jornais (ABREU, 2002; MONTEIRO, 2020).

Foi o governo Getúlio Vargas¹ que estabeleceu decretos para a definição das funções, remuneração mínima e formação profissional. O diploma universitário passou a ser obrigatório com o decreto do governo militar em 1969. Entretanto, Marques de Melo afirma que “nos idos de 1970, o jornalismo ainda não se configurava como atividade em tempo integral” (2013, p. 275). Os salários, segundo ele, pagos pelas empresas não permitiam uma única fonte de renda (*idem*).

Novo ciclo de transformações se deu na empresa jornalística com a chegada do computador na redação – por volta dos anos 1980. Foi um momento de mudança geracional. Os projetos de informatização das empresas jornalísticas tiveram este primeiro estágio, o qual se completou com o surgimento da internet e da conexão entre os computadores. Processo que deu início a frequentes ondas de reestruturações de equipes, redações e, conseqüentemente, demissões de jornalistas intensificadas pela crise do setor nas décadas seguintes.

A reforma no Grupo Folha, especialmente, na *Folha de S. Paulo*, em 1984, causou um grande número de demissões, impacto que veio se somar à derrota da categoria na greve de 1979. Abreu (2002) afirma

1 O Decreto-Lei 910, de 1938 define o jornalista como “o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias”. O Decreto-Lei 7.037, de 1944, definiu as funções do jornalista e fixou uma remuneração mínima para a categoria; e o 5.480, de 1943, instituiu o primeiro curso superior de jornalismo no país”, p. 80.

que as reformas na empresa jornalística foram sobretudo tecnológicas. É um período de muitas transformações nos jornais e um momento de início de turbulência no perfil do profissional que se manteve mais ou menos estável – no que diz respeito à formação – durante quase 30 anos. O jornalismo on-line² pôs fim a este período e a crise de 2001, chamada de a crise da bolha de empresas.com, sacudiu o mercado jornalístico, trazendo implicações para o perfil profissional e as condições de trabalho.

Moretzsohn (2002), Heloani (2005), Adghirni (2012), Figaro, Nonato e Grohmann (2013), Mick e Lima (2013), Lelo (2019) e Nicoletti (2019) em seus estudos afirmam que a precarização das condições de trabalho passou a ser um aspecto que caracteriza a profissão. Característica que se aprofunda na atualidade com o trabalho plataformizado (FIGARO; MARQUES, 2020).

A partir desta contextualização, o objetivo deste capítulo é discutir os resultados da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, relativos às longas e intensificadas jornadas de trabalho, à falta de segurança e saúde no trabalho, aos baixos salários entre outros aspectos da precarização. Argumenta-se que essas condições de trabalho favorecem assédios moral e agressões verbais e implicam na queda da qualidade da saúde de jornalistas (LIMA; *et al.*, 2022). Tais condições podem gerar sofrimento ético (LELO, 2019, 2022) e queda na qualidade do jornalismo (NICOLETTI, 2019). Enfrentar o aprofundamento da precarização demanda a ampla mobilização desses profissionais em defesa da atividade de trabalho e do produto jornalístico.

Perfil do jornalista brasileiro: a precarização se aprofunda

Em 2013, dois livros trazem resultados de pesquisas sobre o perfil e o trabalho de jornalistas. Um deles é o estudo sobre *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*, de autoria de Figaro, Nonato, Grohmann (2013). A pesquisa qualitativa ouviu profissionais de diferentes

2 O *Jornal do Brasil* foi o primeiro jornal on-line no país, lançado em 1996.

empresas e tipos de vínculos de trabalho. O livro trouxe também o posfácio de Marques de Melo com o estudo inédito, realizado pelo professor Jair Borin, em 1972, por meio de um *survey* aplicado à base de sócios do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo. A obra, portanto, compreende uma trajetória do perfil do jornalista de 40 anos. O que mais chama a atenção é que em 1972 a categoria era masculina – 93,22% dos respondentes declararam-se como tal. Já na pesquisa realizada em 2012 (FIGARO, NONATO, GROHMANN, 2013, p. 29), a base de respondentes sócios do Sindicato era composta por 40% de mulheres e, entre os demais estratos de jornalistas pesquisados, o perfil feminino superava os 60%. No entanto, surpreende ver que, sobretudo, as condições salariais são bastante semelhantes, ou seja, os salários eram e continuavam baixos.

No ano de 2013, a equipe de pesquisadores, coordenada pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina Jacques Mick e Samuel Lima, publicou o resultado do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012* (MICK; LIMA, 2013). O estudo com amostragem estatística ratifica a mudança do perfil da categoria, com a maioria se declarando do gênero feminino. Comprova também os baixos salários, as extensas jornadas de trabalho entre outros indicadores que denotam a precariedade das condições laborais dos jornalistas (MICK; LIMA, 2013).

Mais dez anos e há a publicação do relatório *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (LIMA; *et al.*, 2022). Essa foi uma década de aprofundamento de transformações tecnológicas na redação e nos modos de se fazer jornalismo. A migração para os *blogs* (LIMA, 2015), a formação dos arranjos de trabalho (FIGARO; *et al.*, 2018), a redação virtual (SILVA, 2019), a plataformação do trabalho de jornalistas (KALSING, 2021; LONGHI; *et al.*, 2021) entre outras mudanças arrebataram o modelo de jornalismo que se praticava na empresa jornalística e fora dela.

A produção da notícia ganhou novos formatos, linguagens e ritmos. À concorrência se somaram milhares de anônimos capazes de produzir, postar e disseminar a informação em questão de segundos. A rotina já acelerada da redação mirou o compasso da internet, e aos jornalistas foi imposto o tempo-real trazendo implicações para a qualidade da informação, como erros, deslizes éticos, falhas na verificação

e a falta de diversidade de fontes de informação. Somado a isso, demissões³ e fechamento de empresas jornalísticas amplificaram a pressão sobre os profissionais que passaram a atuar com equipes cada vez mais enxutas e performar variadas funções ao mesmo tempo – muitas vezes sem a devida qualificação ou treinamento adequado (PEREIRA; *et al.*, 2020).

Este cenário de transformação das condições de trabalho dos jornalistas fica evidente na análise dos dados do *Perfil 2021*. O estudo mostra o aprofundamento da precarização do trabalho na última década e aponta para a necessidade de se repensar dinâmicas e rotinas. Os dados que serão descritos a seguir indicam que todos os perfis profissionais são afetados por condições laborais incompatíveis com sua qualificação e tempo de experiência, tais como, receberem menos que o necessário para arcar com as despesas básicas da vida e estarem expostos a riscos de adoecimento e assédios. Iremos dividir a descrição dos dados em três grupos: emprego e jornada, violência e adoecimento.

Notícia ruim: baixos salários, contratos precários e sem benefícios

A maioria dos jornalistas brasileiros possui vínculos de trabalho considerados estáveis: 45,8% dos participantes são contratados segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outros 10,5% atuam como servidores públicos. Dos 3.100 respondentes 3,8% são Pessoa Jurídica (PJ), dona ou sócia de empresa com funcionários. Por outro lado, os PJ ou microempreendedores individuais sem funcionário correspondem a 14,7% da amostra. Trabalhadores temporários ou por contrato representam 6,2% dos respondentes (contrato temporário, por hora-aula ou de prestação de serviços). Profissionais com cargos comissionados somam 5,5%. Outros 9,6% atuam em funções totalmente informais do ponto de vista legal, ou seja, não são cobertos por qualquer tipo de legalização de sua relação profissional. Dessa forma, no total, 36,2% dos jornalistas possuem vínculos precários de trabalho.

3 O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo tem uma página de cobertura às demissões de jornalistas. Ver em: <https://sjsp.org.br/demissao-em-massa/>.

Apesar de a maioria possuir vínculos formais, é reduzido o percentual de pessoas que recebem benefícios como plano de saúde (37,9%), vale ou auxílio transporte (18,6%). Quando questionados sobre equipamentos de proteção individual (EPIs), item de segurança de trabalho previsto pela NR 6⁴, apenas 3,7% informaram receber este recurso de seus empregadores. Outro aspecto que vale destacar é que somente 4,6% recebiam auxílio jurídico por parte da empresa contratante, assim como pouco mais de 10% recebiam treinamento in-company ou incentivo à qualificação.

No que diz respeito ao salário, a renda média dos jornalistas brasileiros é um pouco superior ao salário mínimo vigente no país em 2021 (Tabela 1). Porém, a maioria não consegue pagar suas despesas básicas sempre (36%) ou às vezes (23,9%), enquanto os demais declararam que o salário é suficiente para quitar as despesas básicas da vida.

Tabela 1. Renda bruta mensal dos jornalistas brasileiros

Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?		
Sem renda	31	1,3%
Até R\$ 1.100	100	4,3%
De R\$ 1.101 a R\$ 2.200	263	11,4%
De R\$ 2.201 a R\$ 3.300	313	13,5%
De R\$ 3.301 a R\$ 4.400	304	13,1%
De R\$ 4.401 a R\$ 5.500	362	15,6%
De R\$ 5.501 a R\$ 11.000	628	27,1%
De R\$ 11.001 a R\$ 22.000	227	9,8%
Acima de R\$ 22.001	50	2,2%
Não quero informar	36	1,6%
Total respondentes	2.314	100,0

Fonte: Elaborado pelas autoras partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

4 A Norma Regulamentadora n. 6 foi originalmente editada pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Em 2018, foi caracterizada pela Portaria STI 787, como “norma especial, posto que regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem estar condicionada a setores ou atividades econômicas específicas”. Ou seja, todas as categorias profissionais têm direitos com relação à segurança e à saúde no trabalho, dispondo o empregador de equipamentos de proteção individual em benefício do trabalhador. Ver: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-6-nr-6>.

Os dados sobre escolaridade mostram uma categoria profissional muito bem preparada, sendo que 42,3% têm ensino superior completo, 28,6% têm especialização, 14,7% com mestrado, e 4,7% com doutorado. Com estes indicadores de renda, escolaridade e vínculo verifica-se uma condição de precariedade marcada por remunerações incompatíveis com a qualificação e os custos de vida, e o aumento de vínculos precários.

Esses dados são reforçados por outros indicadores. De acordo com o estudo, a maioria dos participantes está em meio de carreira ou pode ser considerado um trabalhador sênior, devido ao seu tempo na profissão: 27,2% têm mais de 20 anos de carreira. Entre 11 e 20 anos, são 26,1%. Já quem é jornalista até uma década representa 35,5%, sendo que 6,2% iniciaram sua carreira no máximo há um ano.

Porém, quando observada a permanência no emprego atual estes dados refletem uma categoria instável. Mais da metade dos respondentes havia iniciado no local de trabalho principal há até três anos (Tabela 2). Estes dados ratificam outras investigações que concluem a instabilidade da profissão e a baixa perspectiva de carreira para os jornalistas brasileiros.

Tabela 2. Tempo de trabalho na função atual

Você está há quanto tempo no seu trabalho principal?		
Até 1 ano	582	25,8%
Entre 1 e 3 anos	579	25,7%
De 3 a 6 anos	352	15,6%
Entre 6 e 10 anos	290	12,9%
De 10 a 20 anos	281	12,5%
Entre 20 e 30 anos	94	4,2%
Mais de 30 anos	64	2,8%
Outro (especifique)	13	0,6%
Total de respondentes	2.255	100,0%

Fonte: Elaborado pelas autoras partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Jornada de trabalho intensa

Nos últimos dois anos, a emergência sanitária gerada pela pandemia de Covid-19 intensificou o trabalho remoto e o uso de plataformas para comunicação, gerenciamento e publicação de conteúdos. No Brasil, apesar de não terem sido implementadas regras federais para conter a pandemia, milhares de trabalhadores passaram a trabalhar de casa. De acordo com o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, 61,3% dos participantes exerciam sua atividade profissional em *home office*. Outros 10,9% informaram desenvolver uma jornada híbrida, parte em casa e parte no escritório, enquanto 24% disseram trabalhar no escritório, e os demais fazem seu trabalho em locais públicos ou privados com internet. Apesar de os dados da pesquisa terem sido coletados mais de um ano e meio após o início da pandemia, a rotina de trabalho permanecia alterada para a maior parte dos jornalistas brasileiros.

O estudo indica que os trabalhadores foram responsabilizados pela infraestrutura do trabalho remoto. De 2.255 respondentes à pergunta “Os equipamentos, móveis, *softwares* e outros itens necessários para seu trabalho foram pagos por quem?”, 47% responderam “por mim mesma(o) e 0,9% “por familiares”. Para 18,4%, os investimentos em equipamentos e mobiliário do *home office* foram divididos entre empregador e funcionário. Já 33,5% informaram que a empresa custeou estas despesas. Esses dados corroboram pesquisas realizadas para avaliar o trabalho desses profissionais durante a pandemia (FIGARO; *et al.*, 2020 e 2021), nos quais verificou-se que as empresas não se responsabilizaram pelos custos da migração para o *home office*. Vários Sindicatos da categoria entraram com pautas para o ressarcimento desses custos⁵.

Por outro lado, a migração para o *home office* representa uma intensificação dessa tendência. Alguns dos constrangimentos percebidos no trabalho foram: aumento da pressão por produtividade, cobrança e intensificação do trabalho; intensificação do controle, redução salarial;

5 A Fenaj e vários sindicatos de jornalistas oficiaram as empresas para ressarcimentos dos custos com o *home office*. Ver: <https://www.sindjorce.org.br/home-office-sindjorce-oficia-empresas-para-cumprimento-de-jornada-e-ressarcimento-de-gastos/>.

censura, assédio moral; falta de direitos trabalhistas, não cumprimento do contrato, entre outros (FIGARO; *et. al.*, 2020; 2021).

Entre junho e agosto de 2021, 37,1% dos jornalistas tinham uma jornada diária entre sete e oito horas, outros 16,9% trabalhavam entre cinco e seis horas, enquanto quase 30% laboravam acima de nove horas por dia, e 12,6% passavam das 11 horas de trabalho diário. Os resultados demonstram a manutenção da jornada de trabalho intensa como um elemento central da rotina profissional do jornalista, independente do setor no qual a pessoa atua.

Quando questionados se “é comum você trabalhar mais do que o contratado (fazer horas-extras)?”, 71,5% responderam que sim. Dos três grupos profissionais observados, os docentes foram os que tiveram percentual um pouco maior que a média (77,6%). Este também é o grupo em que o trabalho remoto passou a ser quase que predominante – 88,5% dos professores participantes informaram estar trabalhando em casa nos últimos seis meses. A taxa de participação maior que os outros dois grupos (mídia 59,8% e fora da mídia, 58,2%) reflete a migração do ensino superior para o *home office* durante praticamente toda a pandemia na maior parte das instituições brasileiras.

Os baixos salários é um dos fatores que impulsionam a necessidade de extensas jornadas, acrescidas de horas-extras. Por isso, 71,5% dos entrevistados declararam frequentemente fazer horas-extras, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3. É comum você trabalhar mais do que o contratado (fazer horas-extras)?

Horas-extras	Frequência	Porcentagem válida
Sim	1.443	71,5%
Não	574	28,5%
Total	2.017	100,0%

Fonte: Elaborado pelas autoras partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Um fator que se mantém presente e ainda mais intenso uma década depois da primeira edição do estudo é a multifuncionalidade. Dos 3.100 jornalistas respondentes, 1.335 trabalhavam na mídia. Apesar

de somente 2,7% indicarem como função principal a de Gestor de redes sociais, 27,3% exerciam essa atividade como uma atribuição diária. Entre os que atuam fora da mídia, 2,3% tinham como função principal atividade voltada para as redes sociais, mas a maioria atuava com monitoramento (52,2%) ou gestão de conteúdo (53,4%). Assim, a produção para as plataformas representa importante elemento de precarização por meio da multifuncionalidade e sobrecarga laboral. O trabalho nestes ambientes é tratado como atividade complementar agregada por diferentes profissionais, sem que estes sejam dedicados à função.

Extensas jornadas, baixos salários, instabilidade no emprego, acúmulo de funções, violências, constrangimentos, coação fazem emergir um cenário pouco propício para a qualidade de vida no trabalho e derivado dele os dados sobre a saúde de jornalistas também não são nada promissores. Aspectos que vamos discutir no próximo item, aliada à condição desse profissional entregar um jornalismo de qualidade.

Violência, assédio e coação

A pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* também procurou saber sobre a situação da saúde das pessoas que atuam neste setor. O quadro de precarização caracterizado por extensas e intensas horas de trabalho, baixos salários, vínculos inconstantes e/ou sem contratos, e rotatividade no emprego são elementos de perigo para a estabilidade física e emocional dos profissionais. Outro fator de risco são as condições de insegurança, assédio, pressão no ambiente de trabalho ou durante o exercício profissional. O estudo mostrou que todos os grupos de participantes apresentam níveis de estresse elevados devido ao trabalho e estão expostos a diferentes tipos de violações que podem comprometer sua atuação profissional, tomada de decisão, qualidade de vida e, em alguns casos, atingir familiares.

Quando verificamos os números sobre a saúde física e mental de jornalistas é difícil não explicar a situação devido às condições precárias no trabalho. A Tabela 5 mostra os números sobre o estresse entre esses trabalhadores.

Entre os respondentes 66,2% afirmaram sentir estresse no trabalho; 65,9% entre esse grupo teve o estresse diagnosticado; e 20,1% afirmaram que receberam o diagnóstico de algum transtorno mental relacionado ao trabalho. Em decorrência, o consumo de antidepressivos foi indicado para 31,4% dos jornalistas que responderam à pesquisa. Outro sintoma são as dores musculares decorrentes de tensão e esforços repetitivos. Nesse quesito, 19,9% dos respondentes já foram diagnosticados com algum sintoma de LER/DORT, sendo que 7,4% já precisarem de licença de trabalho por esses problemas de saúde.

Tabela 5. Você se sente estressada(o) no trabalho?

Estresse	Frequência	Porcentagem válida
Sim	1.336	66,2%
Não	681	33,3%
Total	2.017	100,0%

Fonte: Elaborado pelas autoras partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

O alto nível de estresse evidencia um problema crônico no jornalismo brasileiro. Os resultados do estudo mostram uma categoria fragilizada e exposta a riscos internos e externos, que se intensificaram devido à pandemia da Covid-19, à crise política e ao aumento da violência contra jornalistas incentivada por gestores políticos e desinformação (GOULD; BLOTTA, 2022), além de demissões e reestruturações.

Um dos resultados que mais chama atenção, é o índice elevado de violações ocorridas dentro do ambiente laboral. Entre os respondentes, 40,6% afirmaram ter sofrido assédio moral e 11,1% assédio sexual no trabalho. Esses números são inconcebíveis em qualquer situação laboral, mas chocam ainda mais por se tratar de comportamentos que estão diretamente ligados ao ambiente interno de trabalho, ou seja, são agressões perpetradas por colegas, gestores e pessoas próximas profissionalmente das vítimas.

A violência física e verbal também aparece nas respostas com números expressivos: 32,7% responderam ter sofrido violência verbal no trabalho, outros 2,6% já foram agredidos/as fisicamente no ambiente de trabalho ou em decorrência da atividade profissional. Outros 29,1%

sofreram ataques ou ameaças virtuais por causa do trabalho. A exposição pública do profissional é maior e sua retaguarda de apoio nem sempre se sustenta. Os relatórios nacionais (FENAJ, 2021; 2022) sobre a ampliação da violência contra jornalistas apontam que o exercício da profissão se tornou mais arriscado.

Os dados mostram que a situação laboral além de precária em relação a direitos trabalhistas, também é precária em relação a direitos humanos. De acordo com a pesquisa, mais de um quarto (29,1%) dos jornalistas participantes relatou já ter sofrido ataques ou ameaças virtuais. Quando se observa em detalhes por perfil profissional, entre os trabalhadores da mídia 37,1% dos respondentes informaram já ter sido alvo da violência on-line. Em percentual pouco menor, 22,4% dos docentes responderam que já foram vítimas desse tipo de ação. Não à toa o primeiro grupo é o mais exposto ao escrutínio alheio.

Além da violência on-line, a vigilância e monitoramento por parte de gestores aparecem como mais uma violação aos direitos do trabalhador. Além de ser um abuso de hierarquia, esta ação também pode intimidar e servir como forma de coação à livre expressão do pensamento. De 2.017 respondentes a esta questão, 27,1% informaram já terem sido vigiados por superiores. Entre os professores, o percentual é pouco maior que a média geral (28,6%), porém, os três perfis quando analisados individualmente têm em torno de um quarto dos respondentes afetados por monitoramento on-line.

Esta é uma condição que preocupa, especialmente ao se analisar os dados de pessoas que se dizem constrangidas por gestores ou superiores (42,9% do total de participantes). Além disso, 35% admitiram já ter deixado alguma atividade profissional por receio de sofrer retaliação. Entre os jornalistas da mídia este percentual é de 37,7%, entre os docentes, 33,3%, e entre os trabalhadores fora da mídia, 30,8%.

Já em relação a pessoas que afirmaram ter trabalhado sob coação, 17,8% do total informaram ter vivido uma situação deste tipo. Entre os professores, este valor chegou a 21,1%, superior aos profissionais da mídia (18,7%) e fora da mídia (15,8%). Mais preocupante é que apenas 7% dos respondentes afirmaram ter formalizado denúncia em relação a algum tipo de ameaça, coação, assédio, agressão.

Esses dados mostram um quadro bastante preocupante em relação às condições éticas do exercício profissional. Como o profissional pode zelar pela liberdade de expressão se o próprio está sob constante vigilância, assédio moral e coação?

A doença crônica que afeta jornalistas e jornalismo

Os dados da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, conforme analisamos, confirmam a crescente precarização das condições de trabalho desses profissionais. À precarização salarial somam-se os ataques à segurança e à integridade moral e física desses trabalhadores, com destaque para os problemas de saúde. Indicadores que demonstram o problema estrutural da precarização do trabalho dos jornalistas que vão muito além de critérios formais analisados recorrentemente para observar a qualidade laboral dos trabalhadores. O estudo indica vários elementos de vulnerabilidade dos jornalistas a diferentes tipos de riscos para sua empregabilidade e qualidade de vida. Isto aparece de forma generalizada em todos os perfis profissionais verificados. Condição que extrapola os limites do indivíduo e se refletem em toda a sociedade devido aos seus efeitos danosos para a qualidade da informação jornalística.

Nicoletti (2019) define o jornalismo como uma profissão em “condição de precarização social do trabalho”, uma vez que ela afeta e impacta todas as esferas da vida do indivíduo. A pesquisadora parte do conceito debatido por Alves (2013) e Druck (2011) para delimitar grupos de indicadores de precariedade laboral dos jornalistas brasileiros: “flexibilização da jornada, salário, vínculos precários (freelancer, MEI, PJ, autônomo, contrato por tempo determinado), multifuncionalidade, infraestrutura insuficiente para o labor, intensidade do trabalho, insegurança de vínculos, insegurança de emprego (insegurança do labor), desregulamentação profissional, feminização do trabalho e falta de segurança à vida (riscos e adoecimento)” (NICOLETTI, 2019, p. 43).

Neste sentido, a precarização não é apenas material, mas também imaterial. Ela ultrapassa as barreiras formais e vulnerabiliza os sujeitos

em todas as dimensões de sua vida. Alves (2013) define a precariedade como salarial (ligada a empregabilidade, remuneração e vínculos) e a da pessoa que trabalha (os efeitos na saúde, bem-estar, qualidade de vida e sociabilidade dos sujeitos).

Para Castro (2022), as transformações do mundo do trabalho no século XXI enfraquecem os processos subjetivos e amplificam a incidência de adoecimento mental e sofrimento gerados pela lógica neoliberal que metrifica a produção e mecaniza até mesmo o trabalho imaterial – no caso do jornalismo, a atividade intelectual é ditada cada vez mais pelas regras de mercado dirigidas pelas métricas de audiência, engajamento e pelos algoritmos das plataformas. A “precariedade subjetiva” (CASTRO, 2022) seria determinada pela sobrecarga das metas inalcançáveis de produtividade e desempenho, em que sempre é preciso fazer mais e nem sempre melhor, aliada aos critérios de avaliação individual que isolam os sujeitos dos seus pares. Outro fator que determina essa precariedade subjetiva é a exigência de ser flexível, tendo que realizar diferentes atividades ao mesmo tempo. Além disso, plataformas tecnológicas e digitalização ditam um ritmo mais acelerado de tempo e movimento, impondo uma ditadura da pressa sobre os sujeitos. Por fim, a autora destaca a insignificância em que o trabalho vivo passa a ser absorvido pela máquina, resultando no “empobrecimento dos recursos e do conjunto de utensílios que o ser humano dispõe para realizar suas atividades” (CASTRO, 2022, p. 24).

Para o jornalismo, esta é uma condição desastrosa que afeta a toda a sociedade. Os dados apresentados neste capítulo evidenciam não somente a agudização do problema, mas seus efeitos sobre a pessoa jornalista aos quais podem se refletir em erros, deslizos éticos e técnicos por cansaço, medo ou outras razões. A maquinização da jornada e a desvalorização do trabalho vivo levam a uma condição de sofrimento moral (HELOANI, 2005; DEJOURS, 2013) e ético (LELO, 2022). As consequências disso se veem no índice de adoecimento da categoria (REIMBERG, 2015, LIMA; PONTES, 2017), assédio moral e sexual, agressão verbal e estresse.

Para Heloani (2011), o ambiente organizacional impõe um senso de competitividade e urgência que favorece comportamentos agressivos, violentos e o desrespeito entre os colegas. Num universo em que cada

pessoa precisa provar, por meio de métricas e testes constantes, ser o mais preparado, mais ágil e mais bem qualificado, práticas de assédio moral tornam-se mais comuns. No caso do jornalismo, elas podem acabar facilmente sendo disfarçadas pela dinâmica da atividade. Mesmo fora da mídia e na docência, a exigência por produtividade, e a intensa competitividade impõem um ambiente laboral hostil e oposto à colaboração entre os pares – apesar de esta ser uma exigência para o desenvolvimento de praticamente todas as atividades no jornalismo.

Ao estudar o caso de jornalistas que atuam em mídias on-line no estado de São Paulo, Tales Lelo (2019) verificou como as transformações do jornalismo impactaram na autonomia dos profissionais e suas tomadas de decisão editoriais. Baseado em entrevistas em profundidade, o autor debate a naturalização do assédio moral como parte da dinâmica do trabalho. Em certa medida, assim como a precarização é o “novo normal” (ORNEBRING, 2018), vivenciar violência no ambiente de trabalho acaba sendo habitual para a categoria. “[...] existe um forte precedente histórico do excesso de oferta de trabalho no jornalismo e um modelo cultural concomitante de trabalho jornalístico como boêmio, arriscado, competitivo, mas, em última análise, meritocrático” (ÖRNENBRING, 2016, p. 186, tradução nossa).

Portanto, o termo “precariado” de Guy Standing se adequa de forma bastante adequada aos jornalistas brasileiros. O economista britânico afirma que esta categoria carece de segurança de mercado de trabalho, de emprego, dentro do ambiente laboral, reprodução da habilidade, renda e representação. “O precariado vive com ansiedade – insegurança crônica associada não só à oscilação à beira do limite, sabendo que um erro ou um episódio de má sorte poderia pender a balança entre a dignidade e ser um sem-teto, mas também com um medo de perder o que possui, mesmo quando se sente enganado por não ter mais” (STANDING, 2014, p. 42).

As consequências disso são profundas e atravessam o indivíduo. Segundo os dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, quando se avalia a vulnerabilização da categoria para além do trabalho, dois aspectos se sobressaem: o nível de estresse que atinge dois terços dos participantes e a presença de assédio moral e agressão verbal relacionados ao trabalho, vivenciadas em algum momento por quase a metade dos respondentes.

Juntos, estes dois indicadores indicam para uma direção de autocensura e anulamento dos sujeitos, o que no caso do trabalho jornalístico se reflete diretamente no resultado do produto apresentado ao público.

Heloani ressalta que o assédio

bloqueia psicologicamente a capacidade de defesa da vítima, o que provoca mudanças em sua autoestima. A perda do autoconceito e a predominância do sentimento de inutilidade minam sua dignidade e autorrespeito. Esse cenário hostil induz o assediado a cometer erros, à desestabilização e à “corporização” das emoções, o que pode levá-lo a contrair graves doenças e, até mesmo, no limite, a cometer suicídio (HELOANI, 2011, p. 52).

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010, p. 239) descrevem como consequências do adoecimento ligado ao trabalho precário “quadros depressivos; esgotamento profissional (Burnout); o transtorno de estresse pós-traumático; dependência de bebidas alcoólicas e outras substâncias (drogas ilegais e psicotrópicos)”.

Esse quadro problemático é evidenciado pelo *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* e impõe perguntar sobre a qualidade do jornalismo produzido. Autores como Nicoletti (2019) e Lelo (2019) discutiram em suas teses de doutorado esse dilema. Lelo fala em sofrimento ético (2019) para explicar a situação em que se encontra o profissional premido por precárias condições de trabalho e por assédio, coação, pressão de todos os tipos. O sofrimento ético a que se reporta o pesquisador é causado porque o profissional tem consciência de que tais condições não lhe permitem executar adequadamente o seu trabalho. Ele tem relação direta com assédios, coações e violações sofridos pelos trabalhadores.

De acordo com o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, a categoria está exposta a condições de vulnerabilidade que favorecem este tipo de violência: alta concorrência e baixa permanência no emprego, vigilância e monitoramento, coação, falta de reconhecimento e pressões (financeiras, de jornada, multifuncionalidade) podem levar o trabalhador a uma condição de resignação ou alienação, deixando-o

mais suscetível a deslizes éticos. Em seu doutorado, Lelo (2019) descreve diferentes situações em que jornalistas foram coagidos a omitir ou publicar informações eticamente questionáveis para favorecer anunciantes, autoridades públicas ou outros interesses econômicos ou políticos. Tais comportamentos podem vir acompanhados de sofrimento àqueles que ferem os códigos deontológicos devido às retaliações sofridas.

Observa-se entre os jornalistas brasileiros a prática da autocensura como estratégia de sobrevivência profissional, a qual pode gerar dor e adoecimento em longo prazo. Por mais que os indicadores de saúde não explicitem a relação direta com o trabalho atual, verifica-se uma categoria fragilizada, em condições bastante precárias de exercício profissional.

Questões éticas e sobre a qualidade do jornalismo ficam rebaixadas a segundo plano, e essa situação estressa, deprime. Nicolletti (2019) enfrenta esse dilema das precárias condições de trabalho de jornalistas propondo um quadro de avaliação que relaciona precarização e qualidade do produto jornalístico. A autora observou a correlação entre condições de trabalho precárias, a performance dos profissionais da mídia e a qualidade do produto desenvolvido por eles. A pesquisa mostra uma correlação direta entre condições de trabalho de baixa qualidade com tomada de decisões editoriais questionáveis do ponto de vista ético. O estudo indicou que o uso de fontes oficiais, aceite de pautas e conteúdos de terceiros são práticas comuns para tentar driblar a falta de tempo, da mesma forma que fontes, anunciantes e diretores de empresas jornalísticas interferem na produção jornalística, além de mais de um terço admitir ter deliberadamente cometido deslizes éticos por falta de tempo. Ao comparar a qualidade de um jornal regional, o desempenho dos jornalistas que trabalham nele e a percepção deles sobre sua qualidade laboral, a autora verificou uma forte relação entre condições de trabalho ruins e queda da qualidade do produto jornalístico. Observou-se ainda uma queda na diversidade de gênero da equipe e perda da pluralidade de conteúdos e fontes à medida que a equipe do jornal reduzia ao longo dos anos.

Considerações finais

Assim, se faz necessário debater a desregulação do trabalho jornalístico, assim como seus riscos à segurança e privacidade dos profissionais. Desde a digitalização das redações, passando pela chegada da internet, da Web 2.0, 3.0 das plataformas e agora a inteligência artificial, o jornalismo tenta incessantemente se adaptar aos novos tempos. Isso acontece porque seu produto é focado para o público, o qual interage e adota as tecnologias num compasso mais acelerado que a capacidade de transformação das culturas profissionais verificadas neste estudo. Na tentativa de acompanhar a evolução tecnológica, a lógica do trabalho flexibiliza o processo e explora o produtor, que passa a ser tratado como copartícipe dos resultados. Quanto maior a desmobilização da categoria, menos capazes de reivindicar melhorias e direitos coletivos estão os sujeitos, que acabam isolados e com baixo poder de mobilização.

O estudo evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre a precariedade muito além da jornada, vínculos e renda. O trabalho profissional jornalístico precário, como mostrado na introdução, é uma constante do jornalismo há muitas décadas, porém ele vem se complexificando nas formas de apresentação e profundidade dos impactos da vida dos indivíduos, além da normalização de práticas insalubres como sendo inerentes à rotina profissional. As violações dos direitos humanos dos trabalhadores acabam seguindo a mesma lógica: assédios, abusos e coerções são citados como recorrentes para mais de um terço dos entrevistados. Fatores que direcionam para um outro problema profundo e invisibilizado: o sofrimento ético. É preciso entender a precarização como uma forma de violência ao ser humano jornalista e desenvolver estratégias de proteção e acolhimento dos trabalhadores, para que eles tenham como e onde reivindicar suporte.

Referências

ABREU, Alzira A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zaahar, 2002.

ADGHIRNI, Zélia. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: Pereira, Fábio; Moura, Dione & Adghirni, Zélia (Orgs.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012, p. 61-79.

AMADO, Adriana; MÁRQUEZ-RAMIREZ, Mireya; WAISBORD, Silvio. Labor Precarity and Gig Journalism in Latin America. In: CHADHA, Kalyani; STEINER, Linda. **Newswork and Precarity**. Oxfordshire: Routledge, 2021.

BARROS, Janaina V.; *et al.* A plataformação do trabalho jornalístico: dimensões, regime de publicação e agenda de pesquisa. **Avatares**, n. 21, junho 2021.

CASTRO, Fernando Gastal de. Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho. In: CASTRO, Fernando Gastal de; FERREIRA, João Batista (Orgs.). **Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva**. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

DEJOURS, Christophe. O trabalho entre banalização do mal e emancipação. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 47, n. 2, p. 85-97, 2013.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – relatório 2020**. Federação Nacional dos Jornalistas, 2021. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – relatório 2021**. Federação Nacional dos Jornalistas, 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021.pdf>.

FIGARO, Roseli. NONATO, Cláudia. GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho de jornalistas**. São Paulo: Salta, 2013.

FIGARO, Roseli; SILVA, Ana Flávia Marques da. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abr.-jul. 2020.

FIGARO, Roseli; *et al.* **Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19?** São Paulo: ECA-USP/Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/como-trabalham-os-comunicadores-no-contexto-de-um-ano-da-pandemia-de-covid-19-1-ano-e-500-mil-mortes/.

FIGARO, Roseli. **Relatório dos resultados da pesquisa como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?** São Paulo: ECA-USP, 2020. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio_Executivo_Covid19-CPCT2020-2.pdf.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, n. 35, v. 122, p. 229-248, 2010.

GRUSZYNSKI, Ana Claudia. **Jornalistas metrificados e a plataformação do jornalismo**. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre: UFRGS, 2021.

HELOANI, José Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. São Paulo: FGV, 2005.

HELOANI, José Roberto. A dança da garrafa: assédio moral nas organizações. **GV Executivo**, v. 10, n. 1. jan.-jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/22947/21714>.

LELO, Thales Vilela. A precarização das condições de trabalho dos jornalistas de São Paulo segmentada por faixas etárias. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 2, 2019, p. 243-261.

LELO, Thales Vilela. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas**: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional. 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, Campinas, 2019.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral); *et al.* **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: [2022.https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf](https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf).

LONGHI, Raquel Ritter; SILVEIRA, Stefanie Carlan da; PAULINO, Rita (Orgs.). **Jornalismo e Plataformização**: Abordagens Investigativas Contemporâneas. Florianópolis: Insular, 2021.

MICK, Jaques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MONTEIRO, Karla. **Samuel Wainer**: O Homem que Estava Lá. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215446>.

ÖRNEBRING, H. Journalists thinking about precarity: Making sense of the “new normal”. **Anais ISOJ**, 2018, *s.p.* Disponível em: <https://bit.ly/3fz7FmE>.

PAULINO, R.A.F. Jornalismo com transparência e rigor profissional: Janio de Freitas. **Comunicação & Educação**, (7), 1996, 56-70. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i7p56-70>.

PEREIRA, F.; *et al.* **Novos Olhares sobre o jornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ; Cortez, 1994.

SILVA, Ana Flávia Marques da. **A redação virtual e as rotinas produtivas dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes) – Universidade de São Paulo, 2019.

STANDING, Guy. **O precariado**: A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.